



O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fórum dos SPF) se reuniu com a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT-Mpog) no dia 7 de julho em Brasília. A SRT-Mpog não apresentou nova proposta e insistiu no reajuste parcelado em quatro anos que não cobre a inflação. **Confira na página 04.**

**Um a mais é muito mais.**

Nossa luta é conjunta e você faz parte dela.



[www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) | [facebook.com/andessn](https://facebook.com/andessn) | Filie-se ao ANDES-SN.

**Leia também nesta edição**

**ARTIGO**

**Por que os juros são tão elevados no Brasil**  
Pág. 03.

**Encontro debate conjuntura e estratégias de mobilização docente no RS**  
Pág. 05 e 06.

**Governo autoriza emissão de títulos da dívida pública em favor do Fies**  
Pág. 07.

## MANIFESTO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA CONTRA OS CORTES NO ORÇAMENTO E POR MAIS INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA

Convocada pelas entidades da educação federal (ANDES-SN, FASUBRA, SINASEFE, FENET, OE-UNE e ANEL), aconteceu nesta segunda-feira, dia 06 de julho de 2015, em Brasília-DF, a reunião da educação federal com o eixo “Em defesa da educação pública: contra os cortes no orçamento e por mais investimento em educação pública”, que contou com a participação de mais de 600 estudantes e trabalhadores da educação. Em meio a uma conjuntura de intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores e da juventude, o Governo Federal aponta como saída para crise o ajuste fiscal (incluindo as Medidas Provisórias 664 e 665), explicitando o seu projeto de implementar medidas neoliberais, cuja consequência é a recessão econômica, o desemprego e o sucateamento do já precarizado serviço público. Aliado às decisões conservadoras do Congresso

Nacional, como a aprovação da redução da maioria penal e da regulamentação da terceirização, se intensificam os ataques aos trabalhadores e à juventude.

Em decorrência desta política, os cortes no orçamento da educação de R\$ 9,4 bilhões amplia-

ram a precarização da educação pública, cujas condições de trabalho e estudo estão inviabilizando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. São exemplos disso, a demissão e atraso no salário dos trabalhadores terceirizados, falta de infraestrutura, de docentes e técnico-administrativos, cortes na assistência estudantil, dentre outros aspectos. Ao mesmo tempo, os repasses de recursos públicos para as empresas educacionais, o pagamento da dívida pública e o agronegócio foram mantidos e ampliados, bem como a intensificação dos processos de mercantilização da educação, através da privatização dos Hospitais Universitários com a criação da EBSEH e de programas como PROUNI, PRONATEC e FIES que transferem recursos públicos para a iniciativa privada.

Para os trabalhadores da educação federal, esta política governamental tem como consequência: perdas salariais significativas, desestruturação das carreiras, diminuição do quadro de técnico-administrativos e docentes e falta de condições adequadas de trabalho; que tem como desdobramento a intensificação do trabalho, terceirização, assédio moral, rotatividade, produtivismo e adoecimento

dos trabalhadores. Cabe destacar que a decisão do STF de que a contratação via Organizações Sociais (OS) é constitucional, referendado pela CAPES e pelo documento “Pátria Educadora”, expressa a intenção de consolidar medidas que atacam o Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais e apontam para a destruição do serviço público.

Os cortes na educação atingem igualmente o conjunto dos estudantes, agravando ainda mais a realidade das obras inacabadas, laboratórios mal-equipados - em especial nas escolas técnicas -, e a falta de docentes e técnico-administrativos, frutos da expansão precarizada. O governo demonstra que não está preocupado em manter a ainda restrita parcela da juventude que teve acesso a universidade e IFs, pois a política de assistência estudantil que é fundamental para a permanência dos estudantes socialmente fragilizados, sobretudo negros e negras, mulheres e LGBTs, está sendo desmontada.

Além da Assistência Estudantil, as bolsas de projetos de ensino, pesquisa e extensão, a exemplo do PIBID e PIBIC, estão sendo cortadas e os projetos em andamento sofrem com a falta de verbas e re-

sulta em atrasos nos pagamentos das bolsas para estudantes.

Diante deste cenário, o desafio colocado para os trabalhadores da educação e a juventude é a retomada da construção de um projeto de educação pública classista, popular, estatal, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada como enfrentamento ao projeto de educação privatista e empresarial do governo federal.

Como resposta à estes ataques, é importante reafirmar o fortalecimento das lutas unificadas da educação federal que avance para além dos muros da universidade, em conjunto com os servidores públicos federais, dialogando com a população e com as demais categorias de trabalhadores em direção à greve geral. Nesse sentido, é fundamental que estudantes, técnico-administrativos, docentes e trabalhadores terceirizados construam as lutas em conjunto em cada instituição, articuladas às suas entidades representativas em âmbito local, estadual e nacional para unificar a luta contra os cortes no orçamento e por mais investimento em educação pública.

Brasília, 6 de julho de 2015

ANDES-SN - SINASEFE - FASUBRA - OE-UNE - ANEL - FENET

## Aniversários de junho e julho

### JUNHO

1 ANA MARIA MALDONADO LOCH  
2 PAULO ANTONIO PINTO JULIANO  
2 ANTONIO CARDOSO SPARVOLI  
2 ENIO DUARTE FERNANDEZ JR.  
4 CELSO DA CUNHA MATTOS  
4 NEUSA RODRIGUES DE OLIVEIRA  
4 DANIELA MARTI BARROS  
5 ROSALIA HOLZSCHUH FRESTEIRO  
5 JOSE FRANCISCO A. DE SOUZA  
6 JOSE LUIZ LIMA DE AZEVEDO  
6 VILMAR ALVES PEREIRA  
7 JAIME JOHN  
8 SUZANE DA ROCHA VIEIRA  
8 OSCAR LUIZ BRISOLARA  
8 MARGARETH COZZENSA DA SILVA  
9 ANTONIO CARLOS CALVETE  
10 MARIA LUIZA B. R. DE QUEIROZ  
10 PAULO FRIEDMANN DE OLIVEIRA  
11 LENICE DUTRA DE SOUSA  
11 GABRIELA MEDEIROS NOGUEIRA  
12 MIRELLA PINTO VALERIO  
12 FREDERICO BOFFO  
12 MAIRA BAUMGARTEN CORREA  
13 IVANA MARIA NICOLA LOPES  
14 IVALINA PORTO  
15 ANTONIO CARLOS MOUSQUER

15 CEZAR AUGUSTO B. BASTOS  
16 FERNANDO VITORIO TRIACA  
16 BEATRIZ TEJADA DE OLIVEIRA  
17 MANOEL LUIS M. DA CRUZ  
17 MARIA CRISTINA PINEDO  
17 JOSE PAULO G. MARQUES  
19 MIGUEL ANGELO M. DE CASTRO  
19 SUSI HELIENE LAUZ MEDEIROS  
20 ERNESTO LUIZ CASARES PINTO  
21 JOAO CARLOS MULLER  
21 ARY LUIZ NEVES DE QUEIROZ  
22 ALVARO LUIS DA R. FIGUEIRA  
22 LIANE BONATO  
22 JORGE ALEXANDRE SILVESTRE  
23 MARIA DA GRACA C. DO AMARAL  
24 DINEI NEVES GONCALVES  
24 NAGILA CAPORLINGUA GUESTA  
25 IVANE ALMEIDA DUVOISIN  
26 LUIS FERNANDO MINASI  
26 CELSO HERCULANO MENECHINI  
26 RAUL ANDRES MENDOZA SASSI  
26 MARIA ALICE ARAUJO DA SILVA  
27 HILDA ORQUIDEA H. LONTRA  
27 MARIA INES C. D. DE LEVY  
27 ROSSANA DE FELIPPE BOHLKE  
28 AIDA LUZ B. MEIRELLES  
30 OSWALDO JOSE DE P. BARBOSA  
30 ELIANE TEREZINHA CAMPELLO  
30 GUASSENIR GONCALVES BORN

### JULHO

1 JOAO JOSE REINBRECHT BRAGA  
4 ANGELO FORTINI MAFFISSONI  
5 ALFREDO BRAGA WEBER  
5 JOSE SALOMAO JUNIOR  
5 LUIZ BESSOUAT LAURINO  
6 ATILA L. JUNIOR  
6 JOSE ALBERTO LEVY SABAJ  
7 LAURO DE BRITO VIANNA  
7 ELIAS JOSE GARCIA OTTONI  
8 BOLIVAR BARBOSA PAIXAO CORTES  
8 CLAUDIO ILSON RAMOS MACIEL  
8 JOSE ANTONIO CARDOSO LOUZADA  
9 CARLOS RENAN VARELLA JULIANO  
9 GUIOMAR FREITAS SOARES  
10 JOAO CARLOS DA SILVA STRAUCH  
10 PAULA REGINA COSTA RIBEIRO  
10 NALU PEREIRA DA COSTA KERBER  
12 JOSE VANDERLEI SILVA BORBA  
13 RAQUEL DA SILVEIRA  
14 IVO MILANEZ GLOEDEN  
14 LUIZ ANTONIO DE ALMEIDA PINTO  
14 MARIA ISABEL QUEIROZ  
15 EDISON DA COSTA MARCHAND  
15 JOSE SAMUEL SAHAGOFF  
15 LIANE FRANCISCA HUNING BIRNFELD  
15 MYRIAM S. MELLADO

16 CRISTINA DIAS DIAZ  
16 JUSSARA M. SILVEIRA  
17 MELIK EMILIO CASTANHEIRA CURI  
17 SILVIA FRESTEIRO BARBOSA  
18 SERGIO FERREIRA NUNES  
19 VOLNEI ANDERSSON  
21 JULAINE P. DA COSTA  
21 ROGERIO PIVA DA SILVA  
22 JAIME CARLOS BECH NAPPI  
22 ROSEMARY SILVA DA SILVEIRA  
23 LUIZ EDUARDO MAIA NERY  
24 ARTUR ROBERTO DE OLIVEIRA GIBBON  
24 ELIANE MISIAK  
24 RONALDO ORTIZ CUNHA  
24 JOSE ANTONIO VIEIRA FLORES  
25 LEDA DANTAS SILVEIRA  
28 LUIZ ANTONIO MACHADO VERISSIMO  
28 ANA LUIZA MUCCILLO BAISCH  
28 ISA REGINA DE OLIVEIRA BERTRAND  
28 MARIO ROBERTO CHIM FIGUEIREDO  
29 ANA MARIA GAUTERIO CASTELLA  
29 JANAINA FERNANDES DE MEDEIROS BURKERT  
30 IVETE GHINATO DAUD  
30 PAULO N. FIGUEIREDO  
31 ADRIANA ELISA LADEIRA PEREIRA  
31 ANA ZEFERINA FERREIRA MAIO  
31 JOSE ANTONIO ALTMAYER  
31 MARIA ALVES HENRIQUES

## Artigo

# Por que os juros são tão elevados no Brasil

Por **Maria Lucia Fattorelli**<sup>1</sup>

O Brasil é o país que mais gasta com juros. Tanto os juros incidentes sobre os títulos da chamada “dívida pública”, como os juros pagos pela sociedade em geral nas operações de crédito (empréstimos, cheque especial, cartão de crédito etc.) são disparadamente os mais elevados do mundo!

Não existe justificativa técnica, econômica, política ou moral para a cobrança de taxas tão elevadas, que prejudicam toda a sociedade e o próprio país. Os juros extorsivos esterilizam grande quantidade de recursos que deveriam estar circulando na economia produtiva, pagando melhores salários e viabilizando serviços sociais que garantiriam vida digna para as pessoas.

O único beneficiário dessa generosa aberração é o setor financeiro privado nacional e internacional. E o maior responsável: o Banco Central do Brasil.

É simples.

No caso da dívida pública, é o Banco Central que convoca e realiza as reuniões com investidores que irão influenciar a decisão sobre a taxa Selic – taxa básica de juros – pelo COPOM. Para essas reuniões convida, quase que exclusivamente, representantes do próprio mercado financeiro que detêm a imensa maioria dos títulos da dívida. O que acham que os interessados em continuar recebendo as elevadas remunerações dos juros irão recomen-

dar? É evidente o conflito de interesses. A recomendação desses especialistas é adotada pelo COPOM, sem qualquer crivo ou sequer debate por parte do Congresso Nacional. A taxa passa a vigorar como “lei” e ponto final. Das eleições realizadas em outubro do ano passado até agora, a Selic já subiu 16% e está em 12,75% a.a. Já está convocada nova reunião do COPOM para o dia 29/04/2015, que poderá aumentar ainda mais essa taxa, como já vem sendo anunciado pela grande mídia.

Também é o Banco Central que realiza os leilões para a venda dos títulos da dívida interna emitidos pelo Tesouro Nacional. Na prática, os títulos têm sido vendidos a taxas bem superiores à Selic, pois as poucas instituições financeiras que detêm o privilégio de participar desses leilões – os chamados dealers – só compram os títulos quando as taxas alcançam o patamar que desejam. Generosamente, o Banco Central atende a desejo dos bancos e lhes oferece elevadas taxas de juros.

No caso dos juros cobrados da sociedade em geral pelas instituições financeiras, o Banco Central impede que os bancos privados abaiquem as taxas de juros cobradas da população e empresas. Como assim? O Banco Central absorve todo o excesso de moeda que os bancos têm em caixa, entregando-lhes, em troca, títulos da dívida interna que rendem os maiores juros do mundo. Essa operação recebe o

nome de “operação comprometida” ou “operação de mercado aberto”, e pode durar de um ou alguns dias a meses. Atualmente, cerca de R\$ 1 trilhão em títulos da dívida estão sendo utilizados nessas operações. O que significa isso? Significa que R\$ 1 trilhão poderiam estar no caixa dos bancos e, certamente, esses não iriam querer deixar esse dinheiro parado, sem render. O destino óbvio seria destinar esses recursos para empréstimos à sociedade, aumentando a oferta, o que sem sombra de dúvida provocaria uma forte queda nas taxas de juros. Os bancos entrariam em competição para oferecer taxas menores às pessoas e empresas, o que levaria a uma redução ainda maior nas escorchantes taxas cobradas pelo setor financeiro no Brasil. Pois bem; a atuação do Banco Central impede que isso aconteça e garante aos bancos a generosa remuneração dos títulos da dívida, sem risco algum. A justificativa que tem sido dada para essa atuação é o “combate à inflação”, o que não se aplica, pois o tipo de inflação que temos no Brasil decorre do abusivo aumento do preço de tarifas e de alguns alimentos.

Vivemos uma verdadeira ciranda financeira no Brasil. Um dos países mais ricos do mundo, onde faltam recursos para áreas essenciais como educação, saúde, saneamento básico e para infraestrutura, não faltam recursos para os abundantes juros que tornam o país como o local mais lucrativo do mundo para os ban-

cos.

Nada de discussão se existem recursos orçamentários para pagar os elevados juros incidentes sobre os títulos da dívida pública; ou sequer preocupação de onde virão os recursos. As limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplicam à “política monetária”. Ou seja, se os recursos orçamentários existentes no orçamento federal não são suficientes para pagar juros, são emitidos novos títulos da dívida e esses são utilizados para pagar juros. Isso mesmo. Estamos emitindo títulos para pagar grande parte dos juros nominais incidentes sobre a dívida pública, o que fere a Constituição Federal, art. 167, que proíbe a contratação de dívida para pagar despesas correntes. E juros são despesas correntes, como salários, despesas de manutenção e demais despesas de custeio que se consomem durante o ano e não se caracterizam como investimentos. É por isso que denunciamos o Sistema da Dívida e exigimos a realização da auditoria. Esse poderoso esquema está provocando enorme lesão aos cofres públicos e à sociedade, além de aumentar de forma exponencial a própria dívida, comprometendo o nosso futuro.

Por isso são tão importantes os protestos que estão sendo organizados em todo o país, contra o aumento das taxas de juros e pela auditoria da dívida. Estamos pagando caro por uma conta que não é nossa. Vamos participar!

<sup>1</sup> Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida [www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br) e <https://www.facebook.com/auditoriacidada.pagina>. Membro da Comissão de Auditoria Oficial da dívida Equatoriana, nomeada pelo Presidente Rafael Correa (2007/2008). Assessora da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados (2009/2010). Convidada pela Presidente do parlamento Helênico, deputada Zoe Konstantopoulos para integrar a Comissão de Auditoria da Dívida da Grécia a partir de abril/2015.

# MPOG insiste em reajuste parcelado e abaixo da inflação para os SPF



O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fórum dos SPF) se reuniu com a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT-Mpog) no dia 7 de julho em Brasília. A SRT-Mpog não apresentou nova proposta e insistiu no reajuste parcelado em quatro anos que não cobre a inflação.

Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Mpog, iniciou a reunião questionando qual era a resposta dos servidores à proposta de reajuste apresentada no último encon-

tro, de 21,3% parcelados em quatro anos, 5,5% em 2016, 5% em 2017, 4,75% em 2018 e 4,5% em 2019. A resposta foi unânime: as assembleias das categorias rejeitaram o reajuste proposto e também qualquer possibilidade de parcelamento.

Em resposta, a SRT-Mpog pediu que os servidores fossem criativos, e que tentassem trabalhar em cima da proposta colocada. Os servidores reafirmaram a luta pelo reajuste de 27,3% em 2016, sem parcelamento, e que também querem debater com o governo os oito demais itens da pauta de reivindicações, como bene-

fícios e a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Fórum dos SPF sugeriu que uma nova reunião fosse marcada para a próxima semana, na qual o governo apresentaria melhorias na proposta. Sérgio Mendonça, no entanto, rejeitou a data e afirmou que como apenas a presidente Dilma Rousseff pode decidir sobre o tema, e como ela está viajando e não teria tempo hábil de estudar o tema, uma reunião na próxima semana não seria possível. Foi acordado, então, que uma nova reunião ocorrerá até o dia 21 de julho.

Paulo Rizzo, presidente do

ANDES-SN, avaliou a reunião e criticou a intransigência do governo em negociar. “Minha avaliação é de que o governo estava com uma postura inflexível, colocando dificuldades para melhorar a proposta. Temos que continuar a greve dos SPF, que já está crescendo, para pressionar o governo. Sem isso, não teremos proposta melhor. Não podemos aceitar um reajuste abaixo da inflação e queremos negociar o restante da pauta de reivindicações”, disse o docente.

Fonte: ANDES-SN

## APROFURG renova contrato de comodato com a Universidade

A diretoria da APROFURG renovou, no dia 05 de junho, o prazo de vigência do contrato de comodato firmado entre a Universidade Federal de Rio Grande e o sindicato, pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar do encerramento da vigência do documento anterior.



# NDES-SN protocola pedido de audiência no MEC

*O documento solicita a participação das secretarias de Educação Superior e Profissional Tecnológica na audiência*

O Comando Nacional de Greve (CNG) dos docentes federais protocolou na sexta-feira (10/07) uma carta no Ministério da Educação (MEC), em que solicita audiência com o ministro Renato Janine, para a qual pede também a presença dos representantes da Secretaria de Educação Superior (Sesu) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) para tratar dos pontos da pauta da greve. A primeira e única reunião com o MEC após a deflagração da greve, em 28 de maio, ocorreu no dia 23 de junho, com o se-

cretário da Sesu, Jesualdo Farias. Na ocasião, Farias apresentou um documento com respostas à carta entregue pelo ANDES-SN aos representantes do ministério no dia 22 de maio.

“A resposta que a Sesu nos deu [na reunião], não nos contempla. Os cortes orçamentários nas instituições são profundos e nós gostaríamos de nos reunir com as duas secretarias para tratar da nossa pauta e para tratar da reversão dos cortes”, disse Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN.

O pedido de reunião com o

MEC foi uma resposta dos comandos locais de greve que, após rodada de assembleias nas Instituições Federais de Ensino (IFE) em greve, entre os dias 25 de junho a 1º de julho, avaliaram o retorno da Sesu à pauta dos docentes e consideraram insatisfatórias as respostas dadas pelo governo. O movimento paredista manifestou inconformismo em relação às medidas de contingenciamento que impactam drasticamente a vida acadêmica.

Segundo Rizzo, as respostas apresentadas pela Sesu/MEC,

no dia 23 de junho, não sinalizam nenhuma abertura efetiva de negociação frente à pauta apresentada pelos docentes. “O MEC não fez proposta nenhuma. O documento não respondeu em nada sobre as questões de trabalho, como reestruturação da carreira e valorização salarial, e sobre os recursos das instituições. O documento não traz respostas”, explica o presidente do Sindicato Nacional, que ressalta que é preciso uma negociação efetiva nesta nova audiência.

Fonte: ANDES-SN

## Encontro debate conjuntura e estratégias de mobilização docente no RS

O XII Encontro da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN aconteceu em Pelotas nos dias 10 e 11 de julho, com o tema “Conjuntura e estratégias de mobilização docente”. Durante os dois dias, participantes das seções sindicais ADUFPeL, Aprofurg, SEDUFSM, Sesunipampa e Seção Sindical do ANDES na UFRGS debateram o contexto de crise financeira, medidas de austeridade e retirada de direitos dos trabalhadores, pensando em estratégias de organização que possibilitem uma frente de luta contra o ataque à classe trabalhadora, à educação pública e à categoria docente. O encontro ocorreu na sede da ADUFPeL.

### Crise, austeridade e a universidade pública

A primeira mesa tratou de conjuntura e foi conduzida por Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN. O professor falou sobre as medidas de ajuste fiscal aplicadas pelo governo federal, o caráter público das universidades brasileiras, as ameaças a esta essência, e também sobre as mobilizações em defesa da educação pública.

Rizzo trata do ajuste como uma medida política que visa “garantir a lucratividade do capital, retirar direitos da classe trabalhadora, flexibilizar as relações de trabalho, reduzir

os gastos públicos e precarizar as condições de trabalho de forma muito intensa”. O presidente do ANDES-SN acredita que a crise financeira é um momento muito perigoso, já que é utilizada para fazer avançar projetos privatistas.

Sobre a universidade pública, o professor mencionou o fato de o Brasil é o único país da América Latina que ainda mantém o caráter público do ensino superior federal, mas essa essência vem sendo descumprida. Dando exemplos da Colômbia e Argentina, onde os professores não têm estabilidade, e do Chile, onde hoje acontecem inúmeras manifestações que tentam reverter o caráter mercantiliza-

do do ensino, apontou que é preciso mobilizar-se para que a universidade brasileira não percorra o mesmo caminho. “Já levantamos situações de terceirizados trabalhando na Universidade Federal Fluminense [UFF] e na Universidade Federal do Pará [UFPA]. Geralmente, são contratados via fundação, sem férias e outros direitos”, afirmou.

A greve, assim, não é só pelo salário, mas principalmente em defesa do caráter público das instituições de ensino superior. Paulo Rizzo ressaltou que o movimento grevista docente vem crescendo gradualmente. Quando se deflagrou a greve, eram 18 instituições. Hoje, são mais de 40. Ainda,

## CONTINUAÇÃO

a mobilização estudantil e entrada de outras categorias em greve, como o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), permite pensar e articular uma unidade da luta.

“É uma crise profunda e vamos enfrentar as tentativas de implantar essas medidas que ampliam a mercantilização”, finalizou.

## Ajuste fiscal e precarização da carreira docente

A segunda mesa de debates do Encontro teve como tema “Ajuste fiscal e precarização do trabalho docente” e a participação do diretor da ADUFPEL, Giovanni Frizzo e do professor Carlos Schmidt, representando a Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS. Schmidt abriu a mesa falando sobre a crise do capitalismo; a história do capital; e fez uma breve análise sobre a crise na Grécia. O professor explicou que as medidas de austeridade do governo federal geram sérias consequências para os trabalhadores brasileiros, como a redução da massa salarial e dos empregos. Ainda, afirmou que a crise no Brasil só não é igual a que se instalou na Grécia porque, aqui, dispomos de um grau maior de autonomia. Schmidt criticou a postura do governo brasileiro, que mantém a mesma estrutura macroeconômica desde o governo do Fernando Henrique Cardoso. Sobre o sistema tributário, elucidou: “temos, no Brasil, um sistema tributário em que as pessoas que recebem até dois salários mínimos pagam 50% de imposto e as que ganham acima de seis salários pagam 26%”, destaca o professor. Como solução para o ajuste fiscal apontou: “é fundamental acabar com o regime



de metas e inflação. Temos que fazer uma reforma fiscal”.

Frizzo destacou as consequências do ajuste e da precarização do trabalho docente. Para ele, “o governo retira os recursos do setor público enquanto amplia os do setor privado e ataca os direitos dos trabalhadores”. Sobre as consequências de programas como o Prouni (Programa Universidade para Todos), explicou que existe uma concepção que tem como objetivo acabar com as instâncias, com a retirada de departamentos dentro das universidades. Sobre reestruturação da Carreira Docente, disse que a carreira está sendo vista como uma “gincana”, na qual o professor tem a obrigação de ser produtivo e de se destacar para “merecer” avançar. “Estamos vivenciando uma precarização enorme do trabalho docente. A demanda da universidade só aumenta,

e, como resposta para resolver esse problema, o governo privatiza e terceiriza o trabalho”.

## Estratégias de mobilização

A terceira mesa, que aconteceu durante a tarde do sábado (11), foi composta por representantes das seções sindicais dos docentes da FURG, UFRGS, UFPel, UFSM e Unipampa. Os professores Adriano Severo Figueiró, Carlos Alberto Gonçalves, Dáfni Fernanda Zenedin Marchioro, Daniela Hoffman e Elmo Swoboda falaram sobre as especificidades e a mobilização docente em suas universidades. Após, pensaram conjuntamente estratégias de mobilização.

A comunicação foi apontada como um elemento essencial por todos os presentes, visto que uma parcela dos professores ainda não tem a dimen-

são da crise da universidade pública. Ainda, o professor Carlos Alberto Gonçalves, da Seção Sindical do ANDES na UFRGS, apontou a questão do medo. “Muitos professores têm medo de não ganhar nada. É preciso dizer que se não lutarmos agora, além de não ganharmos nada, nós iremos perder”, disse.

O fortalecimento dos meios de imprensa sindical, bem como a ampliação do caráter informativo das assembleias foram pontos destacados como estratégicos para o fortalecimento do movimento. Daniela Hoffman, membro da diretoria da ADUFPEL, afirmou a necessidade de continuar realizando trabalhos de conscientização. “Precisamos fazer entender que esse é o momento de resistência”, disse.

Outro ponto foi levantado pelo professor Carlos Schmidt Arturi, da Seção Sindical do ANDES na UFRGS, que propôs que se trabalhe mais com a Auditoria Cidadã da Dívida. Este grupo parceiro investiga fraudes da dívida pública e trabalharam no Equador, onde descobriram que cerca de 70% da dívida não existia, era fraude. Atualmente, investigam a dívida grega. “Temos que levantar essa polêmica. Para nós fica claro que a dívida e a questão fiscal são uma barreira”, apontou.

A presidente da ADUFPEL, Celeste Pereira, apontou a importância do Encontro: “Neste momento de crise, reunir as seções sindicais do Rio Grande do Sul, trocar experiências e ideias, saber das dificuldades e avanços de cada uma, é estimulante! Nossos contextos são muito parecidos e nos fortalecemos com essa interação. A presença do Paulo também nos trouxe a energia do movimento nacional e a unidade dos servidores públicos federais.”



# Governo autoriza emissão de títulos da dívida pública em favor do Fies

Com a autorização, já reincidente, do Tesouro Nacional para a emissão de títulos em favor do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o governo federal reafirma o seu compromisso com as empresas que mercantilizam a educação no país.

Pela segunda vez consecutiva no ano, o Tesouro Nacional passa a emitir títulos em favor do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que opera através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A autorização foi divulgada recentemente no Diário Oficial da União. Ao todo, foram emitidos títulos no valor de R\$ 1,441 bilhão, que tem vencimento em 2045.

Em março desse ano, o governo federal, através do Ministério da Fazenda, já havia emitido R\$ 376 milhões em Certificados Financeiros do Tesouro, em favor do Fies.

Rodrigo Ávila, coordenador da Auditoria Cidadã da Dívida, aponta que a emissão de títulos está prevista na Lei 10.260/2001, sendo o Tesouro Nacional o responsável pela emissão destes papéis, que, posteriormente, é entregue ao FIES. Esse, por sua vez, entrega-os às mantenedoras das faculdades privadas.

“O Tesouro Nacional emite estes títulos, discriminando o quanto vale cada um deles, e qual o prazo do pagamento. Na realidade, funciona como um pagamento a prazo às faculdades privadas, como ressarcimento a elas pela concessão de financiamentos aos estudantes. Tais títulos têm juros equivalentes à inflação (IGPM-FGV) e, segundo a Lei 10.260/2001, a cada trimestre o FIES deve recomprar tais tí-



tulos das faculdades privadas, que assim recebem em dinheiro. As faculdades também podem usar tais títulos para pagar tributos”, explica Ávila.

Olgaíses Maués, coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais (GTPE) do ANDES-SN ressalta que essa emissão de títulos “mostra o aprofundamento da privatização da educação. O governo tem avançado, cada vez mais, nessa questão, através do aumento do repasse de verbas públicas para as empresas privadas”.

O coordenador da Auditoria Cidadã da Dívida acredita também que “o problema principal dessa operação não é a questão dos títulos, mas sim, a priorização à educação privada. Em 2014, o governo federal destinou R\$ 12 bilhões para o FIES, um valor quase equivalente aos R\$ 13 bilhões destinados ao custeio de todas as universidades públicas federais”.

“Hoje 70% das matrículas

em nível superior são das privadas. E essa crise não vai somente cortar recursos das universidades públicas, mas mudar toda a concepção que hoje defendemos para a educação pública no Brasil”, disse Olgaíses. Em recente comunicado, o Ministro da Educação, divulgou que, no segundo semestre de 2015, o Fies abriria 61,5 mil novos contratos, somando-se às 252,5 mil vagas já abertas no primeiro semestre. Nesse ano, o total de alunos financiados é de 314 mil.

## Um projeto de educação privatizante

A coordenadora do GTPE do ANDES-SN também lembra que “durante a gestão do ministro da educação, à época, Fernando Haddad, o principal plano de ação na área educacional do governo Lula foi batizado com o nome Compromisso Todos pela Educação, fazendo referência ao nome do movimento Todos Pela Educação”.

Esse movimento foi implementado, no Brasil, por grupos empresariais especialmente ligados ao setor bancário (Itaú, Santander, Unibanco, HSBC e Bradesco), à siderurgia (Gerdau) e a comunicação (Rede Globo) junto a outras organizações sociais, e tinha como objetivo a disputa por um projeto de educação dirigido e direcionado para garantir os interesses das grandes corporações econômicas

que veem na educação possibilidades lucrativas e ideológicas de colocar seus preceitos empresariais como forma hegemônica de formação.

Desde então, mudanças bastante significativas passaram a ser implementadas no ensino superior, especialmente no que diz respeito ao financiamento e perspectivas de formação. “Hoje, do orçamento do Ministério da Educação, a rubrica para o FIES é a segunda, depois dos recursos para pagamento de pessoal. A verba para o FIES está à frente dos recursos para as instituições federais de ensino e para o pagamento de bolsas, por exemplo. Essa é uma demonstração clara da privatização. O maior grupo que mercantiliza a educação, Kroton & Anhanguera, tem 44% do seu orçamento advindos dos recursos do FIES”, ressalta Olgaíses.

# ENXAQUECA:

## ESTRESSE É O PRINCIPAL GATILHO



Há mais de 150 tipos de cefaleias, entre secundárias (associadas a outras doenças) e primárias, as mais comuns. Na cefaleia em salvas há dor intensa ao redor de um dos olhos. Na tensional a sensação é de pressão ao redor da cabeça. Já a enxaqueca, a dor se situa em um dos lados e há sensibilidade a estímulos sensoriais.

Na lista das condições crônicas elencadas pela OMS que prejudicam a qualidade de vida, estão as cefaleias e as enxaquecas. Uma dor que acomete metade da cabeça e que pode durar de poucas horas até três dias. Não por acaso, é uma das 20 causas mais frequentes de incapacitação.

Segundo a OMS, em média 18% das mulheres e 6% dos homens sofrem de enxaqueca. Durante uma crise, há dilatação de vasos sanguíneos da cabeça, o que causa dor pulsátil e hiperativação de regiões do córtex cerebral que processam informações dos sentidos - daí a característica intolerân-

cia a estímulos visuais, olfativos e auditivos. Determinados cheiros e luz podem ser um verdadeiro tormento.

Não há cura ou mesmo causa definida da Síndrome, que parece resultar de uma ampla combinação entre fatores genéticos, ambientais e emocionais. No entanto, o sofrimento pode ser atenuado com medicamentos preventivos e de “resgate”. Nesse caso, faz-se necessário procurar o médico neurologista logo que as dores de cabeça comecem a se tornar frequentes ou interfiram nas atividades diárias, comprometendo a qualidade de vida do portador. A automedicação deve ser evitada - Analgésicos comuns, vendidos em farmácias podem, em excesso, romper o mecanismo de autorregulação neurovascular e causar uma cefaleia rebote.

Quase sempre as crises são desencadeadas por algum fator, o “gatilho”. O principal é o Estresse, relacionado a mais de 30% dos

episódios de enxaqueca. Outros fatores importantes: alterações na rotina de sono, ficar muito tempo sem comer, consumo de álcool e de cafeína (ou mesmo a abstinência no caso desta). Com menos frequência, determinados cheiros (perfumes femininos de fragrâncias adocicadas, por exemplo), alimentos e esforço físico podem desencadear a dor. Conhecer os “gatilhos” permite controlá-los melhor, explica o neurologista Clóvis Roberto Francesconi, professor da UFRGS. Para ele, fazer um diário das crises ajuda a identificar e a evitar hábitos possivelmente relacionados aos sintomas da enxaqueca.

Isso não quer dizer que certa comida ou copo de bebida vão sempre desencadear uma crise. Mas reconhecer que existe associação entre episódios de dor e alguns comportamentos pode ajudar a pessoa a se tornar menos vulnerável, sabendo o que evitar ou como se cuidar em certas

ocasiões. No caso das mulheres, o diário é especialmente útil para observar se há relação entre as crises e mudanças hormonais do ciclo menstrual, o que possibilita tratamento preventivo focado no período, com doses menores de medicamentos que agem nos vasos sensibilizados. Importante ressaltar que mulheres com enxaqueca, principalmente com aura (alterações visuais), são mais

suscetíveis a doenças cerebrovasculares, como acidente vascular cerebral (AVC). Este risco aumenta mais de dez vezes se associado ao uso de pílula anticoncepcional e ao hábito de fumar. Ajustar alguns hábitos pode ser fundamental, a começar por cuidar da saúde do sono e incluir atividade física regular na rotina. Praticar alguma técnica de relaxamento ou meditação pode ter efeitos positivos sobre o estresse e a ansiedade, atuando como poderosos coadjuvantes.

## Assessoria Jurídica

### INFORME SOBRE O PROCESSO JUDICIAL DA URP DA FURG CONTRA OS DOCENTES

A Advocacia Geral da União - AGU, no exercício da representação judicial da FURG, está ingressando na justiça contra os docentes, ativos e inativos, no objetivo de tentar retirar do contracheque dos professores o pagamento judicial da URP.

A URP é recebida por todos os docentes da FURG

que estavam na Universidade nos anos de 1989-1992. Atualmente a URP é paga no contracheque sob a rubrica “decisão judicial”.

O tema foi objeto de recente assembleia da Aprofurg, oportunidade em que o assunto foi amplamente debatido.

A orientação da assessoria

jurídica a todos os docentes é aguardar a notificação judicial que será entregue pela justiça individualmente e pessoalmente. A partir do recebimento da notificação da justiça, o docente terá o prazo máximo de 15 dias para procurar a assessoria jurídica da Aprofurg para que esta possa fazer a defesa

de cada docente.

Para maiores informações, a assessoria jurídica da Aprofurg atende na sede da Aprofurg as terças e quintas pela manhã.